

SÉRIE

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LABORATÓRIO DE PESQUISA SOCIAL

Ariana Timbó Motta
Carlos Pires Madeira
Ernesto Aranha Andrade
José Renato Perpétuo Pontes
Luciana Gonçalves de Carvalho
Paulo Castiglioni Lara

**Fotografando a Moradia Popular
no Rio de Janeiro**

Nº. 6

1995

Alunos integrantes do Núcleo Audiovisual de Documentação - NAVEDOC
do Laboratório de Pesquisa Social.
Profª orientadora: Ana Maria Galano
Editoração gráfica: Regina Céli Kochi

Rio de Janeiro, agosto de 1995

SUMÁRIO

- Fotografando a Moradia Popular no Rio de Janeiro: um projeto experimental
Ana Maria Galano.....3
- A Lei e os Costumes numa Favela da Zona Sul do Rio de Janeiro
Ernesto Aranha Andrade, Ariana Timbó Motta, Paulo Castiglioni Lara.....11
- Utilização do Espaço Privado e Coletivo num Cortiço Carioca
Carlos Pires Madeira, José Renato Perpétuo Pontes.....30
- Retrato Falado de um Loteamento Periférico
Luciana Gonçalves de Carvalho.....39

Fotografando a Moradia Popular no Rio de Janeiro: um projeto experimental

Profª Ana Maria Galano

O "fotografando" do título deste projeto nunca teve intenção metafórica. Desde o início, pretendeu-se utilizar fotografias durante diferentes etapas do processo de investigação. Talvez tenha sido pretensão demasiada querer associar (a) registro fotográfico exigindo de capacitação técnica; (b) levantamento e análise crítica de bibliografia sobre usos de imagens fixas, sobre vários tipos de moradia popular e questões relativas ao tema; (c) observação e entrevistas, para efetuar o treinamento em práticas de pesquisa de alunos de graduação. Em certos momentos duvidei que conseguíssemos chegar aos resultados expostos nesta publicação. É claro no entanto que trazem as marcas de um trabalho experimental : Fotografando a Moradia Popular no Rio de Janeiro foi o primeiro projeto de pesquisa em que se envolveu o conjunto dos alunos integrantes do Núcleo Audiovisual de Documentação e marcou o início de suas atividades sistemáticas de Iniciação Científica.

No Rumo da Moradia Popular

O tema da moradia popular impôs-se devido a um conjunto de circunstâncias que enumero para esclarecer o próprio andamento do projeto. Em 1990, uma aluna do Mestrado em Sociologia e um aluno recém- graduado em Ciências Sociais manifestavam interesse em estudar respectivamente "moradores de rua" (Martins, 1993) e transformações na arquitetura de vilas operárias. Alguns alunos de graduação também faziam tentativas de aproximação de moradores de outros tipos de habitação popular. Quase sempre, no entanto, questões habitacionais não estavam na origem daquelas tentativas e só progressivamente vieram a tornar-se o objeto de seus estudos. Luis Antonio Machado, professor do Departamento de Ciências Sociais, aceitou participar da discussão dos relatos, observações e problemas que os alunos traziam de suas incursões por favelas, cortiços e loteamentos periféricos. Paralelamente às discussões, L.A.Machado ministrou a disciplina Sociologia Urbana no curso de graduação em Ciências Sociais, a qual assistiram alunos interessados

pela moradia popular. Foi durante discussões em seminários do Núcleo e em sala de aula que se definiram as questões dos três sub-projetos abaixo relacionados:

1 - A Lei e os Costumes numa Favela da Zona Sul do Rio de Janeiro

Movido por grande exasperação com o resultado da eleição presidencial de 1989, quando Fernando Collor foi eleito, o aluno de graduação Ernesto Aranha Andrade subiu o morro, literalmente, com o objetivo de entender o voto popular ou, pelo menos, o de moradores de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ao fim de alguns meses, e bastante desanimado, contou-nos que a conjuntura política nacional não empolgava os moradores. Em resumo, não se falava de "política". Mas, para descobrir isso, conheceu pessoas, tomara cerveja com uns e outros, e assistira reuniões da Associação de Moradores da favela. O desenrolar das reuniões aborrecia-lhe particularmente: havia uma espécie de lista de chamada por números - correspondentes aos de "lotes" - e os habitantes apresentavam questões pendentes em seus "lotes" respectivos. A partir do relato acerca daquelas reuniões propusemos a Ernesto Aranha Andrade que tentasse ir além do aborrecimento com alguma coisa que lhe parecia "burocrática", procurasse entender como um certo modo de proceder tornara-se rotineiro e os significados que poderiam ter a referida rotina. Ariana Timbó Mota e Paulo Castiglioni Lara, alunos de graduação em Ciências Sociais, que, a princípio, apenas acompanhariam o trabalho de campo, acabaram responsáveis por grande parte do tratamento dos dados coletados e da redação do texto para publicação.

2 - Utilização do Espaço Privado e Coletivo num Cortiço Carioca

Foi a partir de forte impressão plástica, imediatamente registrada em foto, que José Renato Perpétuo Pontes, então aluno do curso de graduação em Comunicação, da UFRJ, nos anunciou seu interesse por estudar a utilização do espaço de cortiços do centro do Rio de Janeiro. Com êle, Carlos Pires Madeira, aluno da graduação em Ciências Sociais, compôs a dupla que, por recomendação de L.A.Machado, lançou-se na reconstituição do tipo-ideal de cortiço da virada do século 20 e sua comparação a um cortiço do atual fim de século;

3 - Retrato Falado de um Loteamento Periférico

Finalmente, Edna Mendes, aluna da graduação em Ciências Sociais, disse-nos que já conhecia moradores de um loteamento vizinho ao conjunto habitacional onde residia, na Zona Oeste. O loteamento representava então para a aluna um concentrado de carências. Leituras sobre loteamentos e periferias, e conversas com moradores, deslocaram seu eixo de atenção para as vantagens comparativas que os moradores do loteamento identificavam em seu local de residência. Ainda assim, os efeitos da proximidade e do hábito revelaram-se ao vermos suas primeiras fotos : no loteamento, havia criação de animais e pequenas plantações; caminhos irregulares, largos e arborizados, como os de áreas rurais, a que ela nunca se referia nem os via. O desenvolvimento deste sub-projeto já estava bastante adiantado quando Luciana Gonçalves de Carvalho veio a participar dele. Sua estranheza inicial com a paisagem e os costumes logo trouxe novos elementos para a análise de práticas culturais do lugar. Mas, quando se viu obrigada a conduzir sozinha a investigação, ressentiu-se de sua inserção tardia na equipe do projeto.

Todos estes alunos frequentaram seus respectivos locais de investigação durante períodos de aproximadamente 2 anos. O treinamento de Iniciação Científica através destes projetos compreendeu alunos cursando diferentes períodos do curso de graduação em Ciências Sociais Para evitar que o treinamento se interrompesse à medida que os alunos concluíssem a graduação, propus que trabalhassem em duplas integradas por alunos de níveis diferentes. Ainda assim, o inevitável "desfalque" nas duplas - alguns alunos afastaram-se do projeto ao ingressar em cursos de pós-graduação (Ernesto Aranha Andrade, no curso de Pós-Graduação em Antropologia, da UFRGS; José Renato Perpétuo Pontes e Luciana Gonçalves Carvalho, no curso de Pós-Graduação em Sociologia, do IFCS/UFRJ) ou ao começar atividades profissionais (Edna Mendes, Secretaria de Assuntos Sociais, de município da Baixada Fluminense) - levou a rupturas de contactos já estabelecidos ou a difíceis adaptações a estilos muito pessoais de trabalho.

Da Fotografia

Os alunos que procuravam integrar-se ao Núcleo Audiovisual de Documentação tinham marcado interesse por trabalhar com imagens, o que em geral significava fazer fotos e vídeos; discutir questões muito diversas sobre linguagens e meios de comunicação audiovisuais. Embora não exclusiva, a ênfase na fotografia decorreu de fatos de natureza diferente: o apóio dado por Howard Becker (Becker 1981;1986), durante sua estadia no Brasil em 1990, à iniciativa de associar treinamento em pesquisa sociológica, práticas de análise e produção fotográfica; o interêsse suscitado pela iniciativa entre fotógrafos brasileiros, em particular Milton Guran (Guran 1992), que dispuseram-se a fazer palestras e participar de seminários; a instalação de um laboratório fotográfico e a disponibilidade de recursos para aquisição de filme, papel e produtos químicos, graças ao financiamento do programa Universidade Nova, do MEC, e do Programa de Iniciação Científica, pela Fundação Ford. A princípio sob a forma de seminário do Núcleo Audiovisual de Documentação e, depois, como disciplina optativa do curso de graduação em Ciências Sociais, orientei a discussão de textos (ver Anexo) sobre usos de fotografias em pesquisas sociológicas, exercícios de análise de fotos de arquivo e de documentação fotográfica simultânea ao processo de observação dos projetos do Fotografando a Moradia Popular no Rio de Janeiro.

Um único curso de iniciação a técnicas fotográficas foi ministrado por Paulo Castiglioni Lara, aluno integrante do Núcleo. Alguns alunos já tinham conhecimentos iniciais e procuraram seguir cursos profissionalizantes, como o do SENAC. Outros faziam fotos há bastante tempo e abriram novas perspectivas de aprendizado através de sua participação em congressos promovidos por associações de fotógrafos. De resto, a possibilidade de acesso permanente a um laboratório razoavelmente equipado contribuiu para que adquirissem empiricamente habilidades para fazer o que só se aprende mesmo com a prática.

Das muitas observações possíveis sobre o uso de fotografias ao longo do desenvolvimento dos sub- projetos de pesquisa, destaco apenas as relativas a suas próprias reflexões nos textos a seguir apresentados:

- a surpresa provocada pelo fato de que ao fazer fotos em locais e de pessoas que não conheciam previamente muitas vezes virem facilitado seu acesso a êles, em lugar de intimidar ou atrair hostilidade, como temiam;
- a constatação do prazer com o fato de ser fotografado e, face a recursos materiais limitados, os problemas decorrentes de pedidos de exemplares de fotos pessoais;
- questões éticas relativas à identificação de entrevistados, ou de quaisquer pessoas entrando no enquadramento das fotos, suscitadas pelo difícil anonimato de quem é fotografado;
- questões éticas relativas à objetividade da informação e do registro fotográfico, quando entrevistados solicitavam que suas fotos fossem feitas em condições diferentes (roupas, calçados, penteados, locais, etc) das de sua vida quotidiana;
- a conversão do ato de fotografar e de fotos ampliadas em meio de afirmação de identidade - "alunos fazendo um trabalho de pesquisa para a Universidade" - em situações de tensa desconfiança e ameaça de conflito;
- o uso de fotografias durante entrevistas agilizando seu desenrolar: por um lado, quem chega com fotos, demonstra que, de algum modo, já conhece locais e práticas sobre os quais quer conversar; por outro, a leitura, ou versão do conteúdo, das fotos pelo entrevistado pode suscitar questões até então imprevistas;
- as fotos produzidas a partir da incitação de moradores - focalizando locais ou práticas, utilizando ângulos e enquadramentos sugeridos por êles - levaram à redação de textos que contrastam com os resultados obtidos através de entrevistas convencionais gravadas.

À medida em que os alunos ampliavam sua cultura visual e que aumentava o número de fotos que produziam, tornaram-se mais exigentes com a qualidade, intensidade, impacto, interesse, etc de sua produção fotográfica. Apesar disso, o aproveitamento das fotos como fonte de informações sobre o tema e a questão estudados não se deu espontaneamente e automaticamente. Ao contrário, o treino para a leitura das fotos pelo próprio autor revelou as mesmas dificuldades que o treino da expressão verbal e o da redação de textos. Talvez,

neste caso, seja inevitável a competição entre linguagens, mas isso já é outro assunto. Tanto mais que, em 1994, acrescentou-se ao projeto inicial de pesquisa a realização do documentário em vídeo **E por aqui vou ficando...**(NAVEDOC/CPM/UFRJ) que, por sua vez, veio suscitar outras questões sobre a relação entre suporte material, linguagem e apreensão de realidades subjetivas.

A curiosa origem da motivação pela problemática habitacional, ou da evolução neste rumo, e as diferentes atividades de ensino sobre " usos da imagem e pesquisas em Ciências Sociais" foram consignadas por tres razões. A primeira : a longa duração do projeto (1990-1994), uma vez que os alunos iniciaram leituras sobre moradia popular ao mesmo tempo em que, aos poucos, definiam seus objetos de estudo. A segunda : as eventuais vantagens de uma orientação quase pessoal dos alunos, de um certo desafio que constituiu a definição progressiva de objetos de estudo em seminários e em sala de aula, de uma quase aventura de manter três sub-projetos simultâneamente, etc revelam-se hoje incompatíveis com a institucionalização do processo de Iniciação Científica. A terceira: o interesse que possa ter o registro de uma experiência que, se por sua intensidade foi muito atraente, pelo mesmo motivo requer a descoberta de procedimentos mais sistemáticos e rotineiros para a Iniciação Científica, sem que se perca o gosto pela produção de conhecimento, sua expressão em palavras e imagens.

Sem a cooperação de L.A. Machado, e sua conhecida competência no trato da problemática da habitação urbana, não teria sido possível conduzir este conjunto de investigações. Cabe-me, no entanto, a responsabilidade pela condução do projeto em seus êrros e acertos.

Anexo

Bibliografia de seminários e cursos :

- . Agee, James e Walker Evans
1988. *Let Us Now Praise Famous Men*. Boston: Houghton Mifflin
- . Barthes, Roland
1984. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- . Becker, Howard S.
1981. *Exploring Society Photographically*. Illinois: Northwestern University Press
1986. *Doing Things Together*. Illinois: Northwestern University Press
- . Benjamin, Walter.
1983. "L'oeuvre d'art à l'ère de sa reproductibilité technique" in *Essais 1935-1940*. Paris: Ed. Denoel
1985. "Pequena História da Fotografia" in Fávio R. Kothe (org.) *Walter Benjamin*. São Paulo : Ed. Atica
- . Bourdieu, Pierre *et al.*
1965. *Un Art Moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Éditions de Minuit
- . Collier, John, Jr.
1967. *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*. New York : Halt, Rinehart and Winston
- . Cunha, Manuela Carneiro da
1988. "Olhar escravo, ser olhado" in Paulo Cesar Azevedo e Mauricio Lissovsky (orgs.)
- . Freund, Gisèle
1974. *Photographie et société*. Paris: Editions du Seuil
- . Guran, Milton
1987. "Fotografia e pesquisa antropológica" in *Caderno de Textos. Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Museu do Índio
1992. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro : Rio Fundo
- . Leite, Miriam L. Moreira
1988. "Fotografia e História" in *Ciência Hoje* vol.7 nº 39:24-32
1993a. "Imagens e contextos" in *Boletim Centro Memória Unicamp* vol. 5 nº 10:45-59
1993b. *Retratos de Família*. São Paulo: EDUSP

- _____ e Olga R. de Moraes von Simson
1992. "Imagem e Linguagem: reflexões de pesquisa" in *Textos CERU* 3: 117-140
- Loyola, Maria Andréa
1987. "Uma relação de amor em dois tempos" in *Caderno de Textos. Antropologia Visual*: 51-53 Rio de Janeiro: Museu do Índio
- Maresca, Sylvain
1991. *L'Autoportrait. Six agricultrices en quête d'image*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail
- Oliveira, Antonio R. de, Jr.
1993. "A fotografia oficial: imagem do poder" in *Boletim Centro Memória Unicamp* vol.5 nº10: 33-42
- Samain, Etienne
1994a. "A caverna obscura" : Topografias da Fotografia in *Imagens* nº 1 : 50-61
1994b. "Ver e dizer na Tradição Etnográfica", mimeo, ANPOCS
- Simson, Olga R. de Moraes von
1991. "Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica" in *Boletim Centro de Memória Unicamp* vol.3 nº5 :14-24
- Sontag, Susan
1979. *On Photography* . Londres: Penguin
- Tacca, Fernando de
1993. "Sapateiro: o retrato da casa" in *Boletim Centro de Memória Unicamp* vol. 5

A Lei e os Costumes numa Favela da Zona Sul do Rio de Janeiro

Ernesto Aranha Andrade
Ariana Timbó Motta
Paulo Castiglioni Lara

Foi em “núcleos” de favela situada nos morros dos Cabritos, Saudade e São João Batista, na Zona Sul do Rio de Janeiro, pertencentes às regiões administrativas dos bairros de Copacabana e Botafogo, que desenvolvemos nosso projeto de investigação. Geralmente referida por seus moradores apenas pelo nome de Cabritos a favela tem peculiaridades como o fato de suas três principais vias de acesso (Ladeira dos Tabajaras, Rua Euclides da Rocha e Rua Real Grandeza) serem pavimentadas e contarem com diversos serviços públicos como energia elétrica, rede telefônica, rede de água e esgoto, além de transporte por “kombis” para a subida e descida. Tais características fazem alguns moradores dizerem de seu local de habitação que é “favela de classe média”.

Depois de constatarmos ter havido um período de intenso contato entre moradores da Favela dos Cabritos e instituições que lhes deram assessoria (Obra Social da Paróquia Santa Cruz de Copacabana; Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos; Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Bento Rubião) decidimos estudar a atuação daqueles agentes e introdução de encaminhamentos técnicos e/ou jurídicos, como meio de solucionar problemas relativos à moradia.

O primeiro contato com moradores da favela foi estabelecido por Ernesto Aranha Andrade em 1990. Em seguida, nós, Ariana Timbó Mota e Paulo Castiglioni Lara, também alunos de graduação em Ciências Sociais, começamos a acompanhá-lo. Mas, no final de 1992, quando Ernesto afastou-se do projeto, ao ingressar no curso de Mestrado em Antropologia da UFRGS, não pudemos mais voltar à favela.

Só éramos identificados como pesquisadores enquanto estávamos em sua companhia. Mas, além de seu afastamento, outro fato determinou o fim do trabalho de campo: a favela foi se tornando um local onde ocorriam cada vez mais episódios violentos,

aparecendo na imprensa freqüentes notícias sobre confrontos armados entre policiais e traficantes.

1. Introdução

Os primeiros registros de favelas no Rio de Janeiro datam da segunda metade do século passado. O crescimento do número de favelas nos anos 30 tem sido atribuído à carência de habitações para migrantes, ao baixo valor das áreas de encosta e à demanda de mão-de-obra necessária à industrialização que se intensificava. Nos anos 40, acentua-se consideravelmente a expansão das favelas, e predomina uma política de sua manutenção funcional. Este quadro prolonga-se até fins dos anos 50 (Martins, 1990).

O período de 1962 a 1973 caracteriza-se pelas grandes remoções de favelas da Zona Sul e a transferência de sua população para conjuntos habitacionais periféricos. Práticas repressivas coíbem a mobilização dos favelados removidos ou ameaçados de remoção. O Decreto 670 de 15/06/67 prevê a intervenção da Secretaria de Serviços Sociais, restringindo a construção de novas moradias e atrelando as Associações de Moradores às Regiões Administrativas. Há no entanto projetos de educação popular, entendidos como instrumentos de organização de formas de resistência, que desenvolvem-se ao longo deste período de ameaças e remoções efetivas (Valla, 1981).

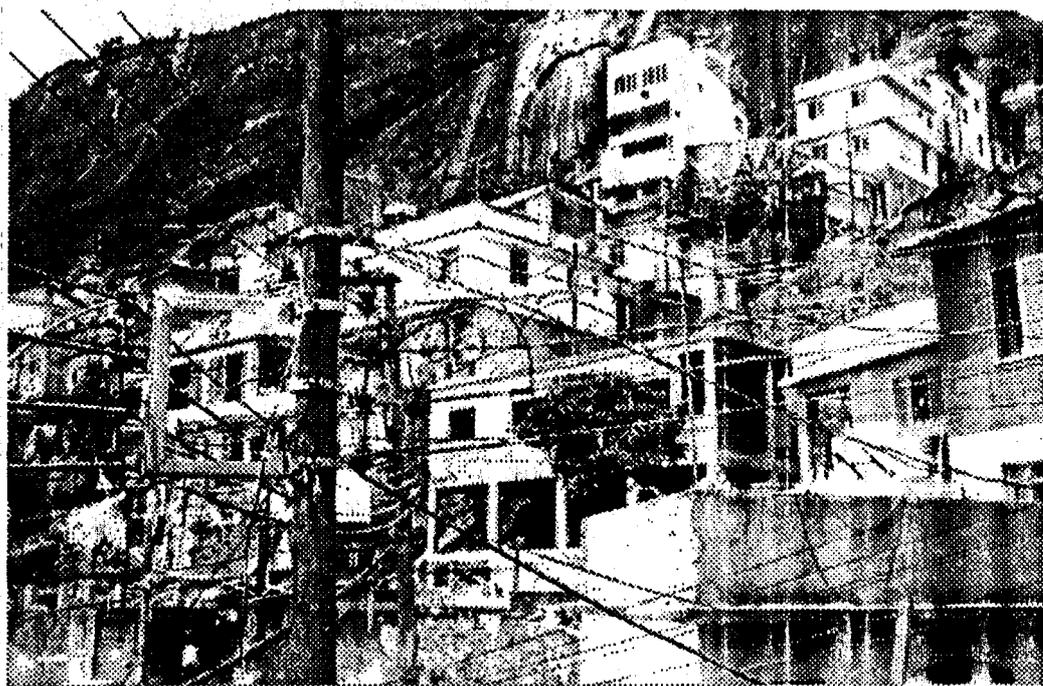
Com o processo de “redemocratização”, ocorrido a partir do final dos anos 70, a urbanização das favelas ganha viabilidade através da atuação de vários movimentos da sociedade civil. Destaca-se aqui o trabalho da Pastoral de Favelas da Zona Sul que atuou, inicialmente, na favela do Vidigal (Valla, 1981). Cabe ainda acrescentar iniciativas do poder público, tal como o projeto-piloto de urbanização da favela de Brás de Pina, transformando-a em “bairro”, ainda no final da década de 60.

A constituição de favelas criou zonas urbanas “ilegais” (Bank, 1980) e suscitou práticas que infringem normas jurídicas, tanto em áreas invadidas quanto em áreas urbanizadas pela iniciativa privada. Isto denota a tolerância do Estado, ou sua inoperância,

que acabou criando uma situação de pluralismo jurídico, de maneira consensual ou contraditória (Valla, 1981).

O projeto **A lei e os costumes numa favela da Zona Sul do Rio de Janeiro** buscou compreender como, numa época em que não mais se cogitava remover favelas, moradores e instituições da sociedade civil se articularam na tentativa de fazer reconhecer junto ao poder público, a legitimidade de ocupação de certos espaços e de reivindicações de serviços e direitos. O estudo pretende indicar momentos em que diversos agentes - a Associação de Moradores, a Igreja Católica e uma ONG, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (CDDH-BR) - atuaram na favela, dos Cabritos, verificando a existência de diferentes respostas por parte dos moradores, conforme os tipos de instituições e sua forma de trabalho.

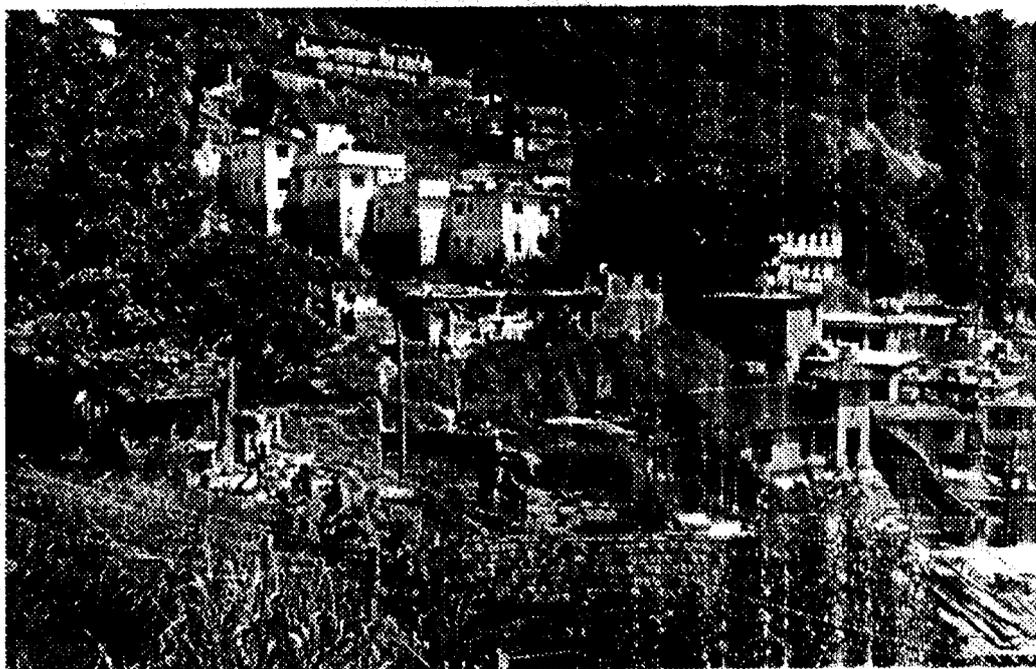
2. A urbanização da favela dos Cabritos



Ariana Timbó - julho/1991

Em 1991, as construções em alvenaria já predominavam. Questões ligadas à legalização da propriedade do solo tornaram-se prementes com a evolução da madeira para a alvenaria.

O espaço da Favela dos Cabritos possui estrutura que pretende delimitar tanto áreas físicas quanto esferas de poder, em vista de uma urbanização organizada. A favela é dividida em *lotes*, que se subdividem em *condomínios*, cada um administrado por um morador com o cargo de síndico. Ele é responsável pela distribuição do valor das contas de água e luz entre todas as casas, pois só há um medidor destes serviços em cada *núcleo* (como também são chamados os condomínios).



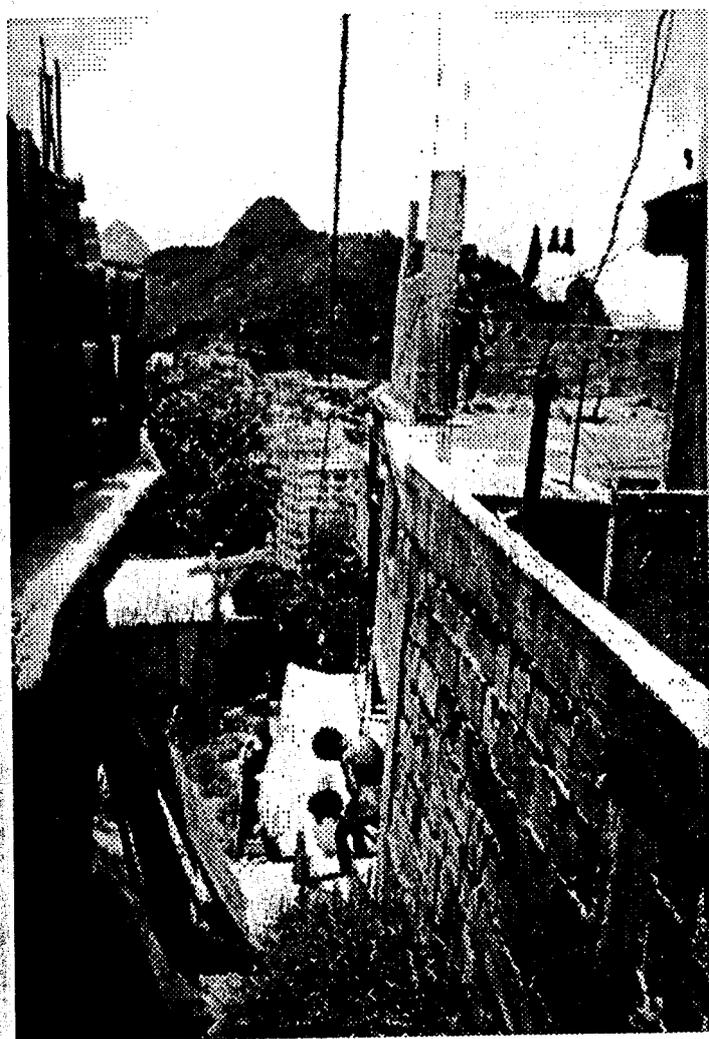
José Renato - novembro/1990

A divisão espacial em condomínios ou núcleos e as diferentes formas de atuação das instituições acentuaram, por vezes, a diferenciação das casas da favela.

Esta forma de organização enfrenta problemas de várias ordens: a eventual ineficácia de síndicos, invasões de terrenos contíguos por proprietários vizinhos, ocupação indébita das áreas de servidão constituídas por um espaço mínimo de 1,5m entre as casas; a freqüente inexistência de comprovantes de pagamento ou de documentos que atestem a propriedade privada de terrenos.

A compra, venda ou herança de terrenos e/ou imóveis, os processos de usucapião, a atuação dos órgãos públicos em serviços de saneamento básico, eletrificação, contenção de

encostas e projetos específicos de construção de moradias, lixeiras, caixas d'água, pavimentação de caminhos, etc são episódios em que confrontam-se tanto a precariedade legal da favela enquanto espaço sócio-jurídico, as diferentes concepções de assessoria das instituições exteriores, quanto a diversidade de reações dos moradores da favela, que também não constituem um universo homogêneo. Muitas vezes há dificuldades na comercialização de imóveis por mecanismos legais; é freqüentemente inviável o recurso à fiscalização pública para a solução de problemas suscitados pelo processo de urbanização e ocorrem fenômenos de seleção e exclusão de moradores tanto pelos órgãos públicos, quanto pelas assessorias ao privilegiarem "casos" que acreditam devem ser encaminhados "à luta".



Ariana Timbó - julho/1991

Em um dos condomínios, construção do 2º piso de uma casa. O andar superior além de evitar os problemas de medição de terreno, tão comuns quanto se quer aumentar a área da casa, é uma alternativa à restrita área de servidão condominial.

A busca de parâmetros relativamente rígidos por parte de técnicos das instituições exteriores, procurando definir critérios para solucionar impasses e orientar novas edificações, revela-se frágil e com diversos pontos de estrangulamento.

3. Associação e Assessorias

Destacamos três períodos que representam diferentes formas de atuação frente aos problemas da moradia.

3.1. Da ocupação inicial do Morro dos Cabritos à primeira associação.

A ocupação da área conhecida como Morro dos Cabritos remontaria ao tempo de Império, quando foram construídas duas ruas - a Ladeira do Barroso, atual Ladeira dos Tabajaras; e o Caminho do Boi, atual Rua Euclides da Rocha - e um hospital militar. Os habitantes iniciais teriam sido descendentes de escravos da Fazenda Peixoto e imigrantes - portugueses na maioria - que ali se fixaram depois de construídas as vias de acesso. Posteriormente, chegaram migrantes nordestinos. Assim se teria originado o agrupamento, segundo entrevista concedida em 1990 pelo presidente da Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos, que também nos falou sobre a história da Associação.

“Desde 1966, existia uma Associação que era no atual núcleo 600 da Rua Euclides da Rocha. Era a “Pró-Melhoramento” da rua, mas só trabalhava no núcleo 600. Não queria saber de mais nada no morro”.

Não havia ameaças à posse do terreno e da moradia; a atuação dos moradores junto ao poder público se limitava à busca de melhorias na infra-estrutura da favela.

Neste período, quando o morro ainda era pouco povoado, seus terrenos estavam longe de tornar-se alvo de especulação imobiliária. Conversando com uma moradora, pudemos perceber alterações do significado atribuído aos espaços do morro. Ela lamentava ter vendido “muito barato” um terreno que hoje se localiza numa área nobre da favela. Junto à valorização de certos locais do morro, novos significados passaram a ser atribuídos ao espaço, em particular o de um bem imóvel comercializável.

3.2. Assessorias conjuntas (1981-1990)

O período das grandes remoções de favelas no Rio de Janeiro, que ocorreu em fins dos anos 60 (Valla, 1981), não atingiu a área do Morro dos Cabritos. A partir dos anos 80, houve no entanto algumas tentativas isoladas de despejos, às quais reagiram moradores e a Igreja, através da Pastoral de Favelas, e posteriormente o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Bento Rubião (CDDH-BR). As intervenções da Igreja e da ONG pretenderam resistir à pressão imobiliária advinda do aumento da procura da favela como local de moradia.

Nesta época, dita de "abertura democrática", os movimentos populares voltam a se organizar e ganhar força. Em 1981, uma festa comemorativa do dia das mães, a qual compareceram moradores, representantes da Paróquia Sta. Cruz de Copacabana e da Escola de Samba Unidos da Vila Rica, é apontada por entrevistados como o marco inicial do trabalho coletivo. Depois daquela comemoração, criou-se o Grupo de Trabalho Comunitário (GTC) - formado pela Associação de Moradores, Escola de Samba Vila Rica e Obra Social da Igreja - que subdividiu-se em comissões: lixo, saúde, educação, transporte, etc. As reuniões do GTC ocorriam nas dependências da capela, que está situada ao lado da quadra da Escola de Samba, por sua vez, também cedida pela paróquia.

"Começamos a desenvolver uma série de trabalhos, correr atrás, fazer reivindicações, ir à prefeitura, ir a tudo quanto é canto... A Associação de Moradores envia documentação, xerox, fotografias e encaminha, solicitando verbas para a comunidade..." (entrevista, 1990).

Ainda neste período foram reformulados os estatutos da Associação de Moradores que, em 1985, passou a abranger vários núcleos da favela:

"...deixou de ser a Associação Pró-Melhoramentos da Rua Euclides da Rocha para ser a Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos... E abrange agora não só a Rua Euclides da Rocha, como toda a Ladeira dos Tabajaras... Pega geograficamente os três morros." (entrevista, 1990).

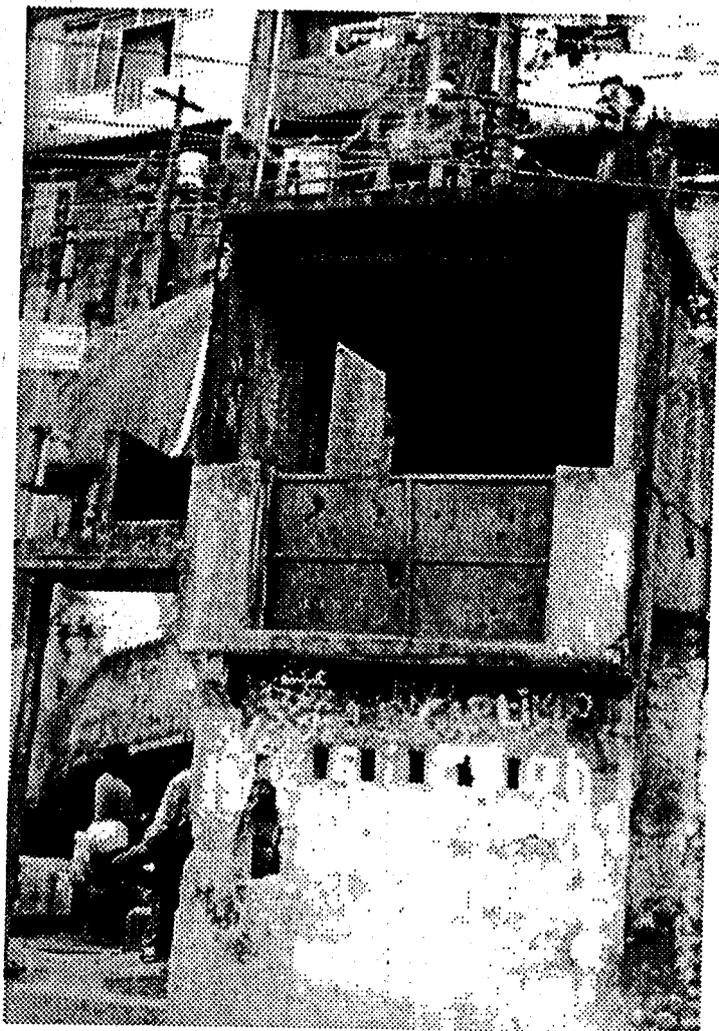
Antes ainda de formar-se esta nova Associação, o projeto “Cada Família um Lote”(1982), do primeiro Governo Leonel Brizola, previa a doação do terreno a quem construísse em alvenaria e constitui a tendência principal de urbanização das favelas (Valla, 1981). O acesso aos benefícios do projeto era condicionado à delimitação de lotes; à inserção dos lotes em núcleos e a organização de núcleos sob regime condominial. Houve proprietários legais de certos lotes que tentaram impedir a construção em alvenaria e até mesmo despejar moradores.

Em 1987, a Associação de Moradores articulada com a Igreja e com técnicos (advogados, arquitetos, desenhistas e engenheiros interessados em trabalhar com movimentos populares) fundam o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Bento Rubião (CDDH-BR) e “lutam na justiça”, como dizem os moradores, pela legalização da posse dos terrenos com base nas benfeitorias. Estas, comprovadas por recibos ou testemunho, são passíveis de pagamento por parte do proprietário após o prazo de um (1) ano e um (1) dia. Caso haja negociação, promessa de compra e venda, pode-se evitar a “justiça”. Ao fim de cinco (5) anos e um (1) dia e não havendo conflito em torno das benfeitorias na negociação, o morador pode entrar com processo de usucapião e ganhar o terreno.

Alguns moradores conseguiram legalizar a posse de seu terreno no núcleo da Rua Euclides da Rocha, 830. Muitos solicitaram usucapião e outros beneficiaram-se de desapropriações feitas pelo poder executivo. Porém, em vários casos, o CDDH-BR enfrentou dificuldades para efetivar a “racionalização” do espaço (delimitação de lotes e constituição de núcleos): havia disparidade entre medidas “concretas” e legais, o que era agravado pela inviabilidade de realizar qualquer operação (reforma, construção, compra, venda) sem que os imóveis estivessem devidamente registrados. Como uma operação depende da outra, e vice-versa, não eram raros os conflitos entre advogados e engenheiros e moradores, já que muitas vezes a atuação daqueles profissionais traziam problemas até então ignorados pelos habitantes.

A Igreja, personificada pelo Padre Ítalo Carvalho, conseguiu concluir importantes obras de saneamento e construção de casas no lote 19 da Rua Euclides da Rocha, através da

“Campanha do tijolo”. Até 1990 construíram-se também caixas d’água e lixeiras coletivas, muitos delas em regime de mutirão.



Paulo Castiglioni Lara - outubro/1992

Lixeira coletiva construída pela A.M. mas, nunca utilizada devido ao hábito de se jogar o lixo encosta abaixo - segundo o presidente da Associação de Moradores em 1992. Este é um exemplo das divergências entre alguns trabalhos das instituições e assessores e, as respostas dos moradores.

Este período de atividade de assessorias conjuntas revelou a ocorrência de acontecimentos semelhantes aos observados por Eduardo Carvalho (Carvalho, 1990) ao analisar categorias extra-legais utilizadas nos processos de reintegração de posse movidos por assessorias jurídicas a movimentos de base nas favelas cariocas. Carvalho constatou que diferentes perfis sociais, culturais e político-ideológicos de assessores permitiram a ocorrência a um trabalho criativo, em que muitas vezes respeitavam-se práticas populares, conseguia-se instaurar um trabalho participativo e, mesmo, “conscientizador”. No entanto, o

autor, ressalta o que chama de “discurso mimético”, ou seja a capacidade que têm os moradores de utilizarem argumentos e expressões dos diferentes assessores em circunstâncias aleatórias. Por outro lado, Carvalho também assinala que “nem sempre ficava explícita a existência de diferentes projetos dos assessores sob um mesmo jargão de trabalho comunitário.”.

3.3. O caminho da individualização (1991-1993)

Nesta etapa chamada de “caminho da individualização”, ocorre a dispersão dos três tipos de trabalho. O Padre Ítalo Coelho, da Pastoral das Favelas adoece, afasta-se e vem a falecer em 1991. Seus substitutos não revelaram-se tão interessados pela questão habitacional na favela. O presidente da Associação de Moradores, depois de dois mandatos sucessivos, pede afastamento para disputar cargos eletivos, primeiro como candidato a deputado estadual e, em seguida, para vereador. O CDDH-BR, isolado e com dificuldades financeiras, interrompe a maioria de suas atividades no morro.

Em 1991, o novo presidente da Associação de Moradores (e ex-presidente da antiga Associação Pró-Melhoramentos da Euclides da Rocha 600), embora criticasse muito a gestão anterior, reafirmava o discurso do trabalho comunitário articulado a outros agentes mas que, por sua vez, também eram muito censurados. Passa a constituir objetivo prioritário da Associação o de aumentar a participação dos membros nas reuniões, recadastrar e filiar mais moradores. Os diretores falavam a respeito da busca de união, estimulada pela realização da festa junina de 1992, como há dez anos passados.

A insistência do presidente para que os moradores “tirassem” uma carteirinha da Associação - que certificaria a filiação - expressava uma tentativa de fortalecer a instituição, estabelecendo ainda que formalmente uma maior integração entre associação e moradores, buscando estimular sua participação e seu sentimento de pertencerem a uma coletividade, buscando uma alternativa à transitoriedade das assessorias.

As reuniões da Associação realizavam-se no mesmo local - as dependências da capela - em que ocorreram as das assessorias conjuntas. Tal espaço físico abrigou assim

diversas práticas e discursos ao longo dos períodos que descrevemos. Agora, as reuniões pareciam “esvaziadas” em relação as do passado. O presidente dirigia-se a poucas pessoas que levavam problemas os mais diversos, como intrigas pessoais e rixas com vizinhos.

O fato de os moradores não se sentirem co-responsáveis pela administração da Associação de Moradores parece-nos ter contribuído para a adoção de soluções individuais. Os moradores não se organizaram mais coletivamente, nem realizavam mais trabalhos comunitários, mutirões para obras, etc., excluindo-se as práticas habituais de ajuda mútua entre vizinhos, parentes e amigos. Em 1992, tornara-se praticamente inexistente a atuação das assessorias, embora continuasse havendo um correspondente do CDDH-BR.

Porém, o mais significativo de uma nova atitude entre os moradores era a procura individual de técnicos e advogados. Não houve nenhum tipo de reação reivindicatória frente à progressiva redução das assessorias. Algumas modalidades de encaminhamentos “externos” foram incorporadas, mas não no sentido “comunitário” a que se referiam os líderes da Associação de Moradores, os antigos representantes da Obra Social e os integrantes do CDDH-BR.

A busca dos serviços de um advogado segue os mesmos moldes de compra de serviços de um profissional liberal pela classe média, embora a preços mais reduzidos.

E, por fim, o discurso dos moradores é influenciado pela mentalidade do profissional liberal, que trata a moradia como um bem imobiliário. A moradia torna-se privilégio de quem detém uma melhor posição econômica.

4. A Fotografia no Trabalho de Campo

A utilização da fotografia em nossa pesquisa foi um entre outros meios para nos aproximarmos do universo investigado.

A presença da máquina fotográfica, o ato de fotografar e as próprias fotos nos ajudaram a compreender melhor como éramos vistos pelos moradores e como estes se viam,

o que diziam sobre o espaço social que é a favela e, como poderíamos representar este espaço através da fotografia, tal como ele se apresentava a nossa vista e a dos moradores.

Na apresentação deste trabalho, dissemos que éramos identificados como pesquisadores, por sermos vistos com Ernesto. Mas também éramos reconhecidos como pesquisadores devido a nosso interesse em fotografar a favela. Sendo assim, o ato de fotografar cumpriu o papel de instrumento de acesso ao campo de investigação.

Nosso trânsito na favela foi de início restrito, não por qualquer imposição de "autoridades internas", mas por nosso foco de observação concentrar-se na Associação dos Moradores. Ainda assim, mais do que o desconhecimento do espaço físico da favela, outros obstáculos se antepunham a uma possível naturalidade em caminhar para o reconhecimento daquele espaço.

Após tomarmos a "kombi", que fazia lotação à entrada da Ladeira dos Tabajaras, subíamos até a Rua Euclides da Rocha, saltando na direção da Associação dos Moradores ou da casa de Dona E., vice-presidente da Associação até concluirmos o trabalho de campo. Dona E. tornou-se nosso principal elo de ligação com os moradores, uma vez que devemos a ela a apresentação de quase todos aqueles que entrevistamos.

Um dia, ao pararmos num bar, antes de seguir para a reunião da Associação de Moradores, fomos interpelados por um homem mulato de uns 30 a 40 anos. Queria saber o que fazíamos ali. Naquele instante, tivemos a nítida sensação de que não éramos mais simplesmente algumas pessoas num estabelecimento comercial. Éramos estranhos que precisavam ser identificados e esclarecer a razão de nossa presença. Dissemos que estávamos fazendo uma pesquisa para a universidade e, logo em seguida, mencionamos Dona E. Por coincidência, trazíamos naquele dia fotos que já haviam sido ampliadas e resolvemos mostrá-las. À medida que as via, o homem demonstrou surpresa com as imagens, buscando decifrar que locais eram exatamente aqueles. Talvez também o surpreendesse ver a favela em preto e branco.

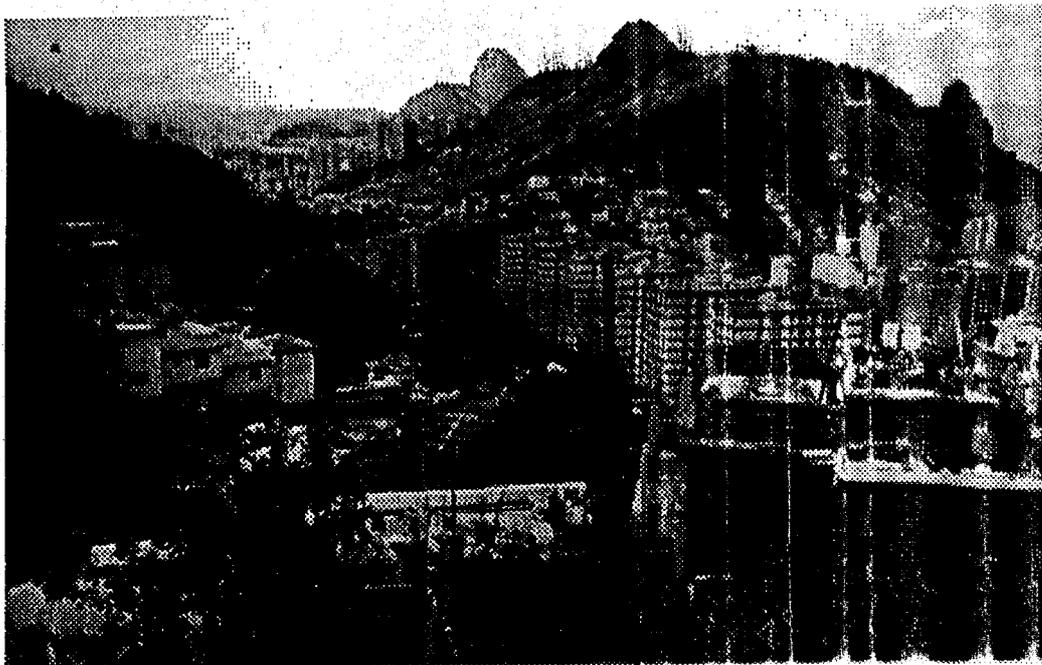
Se, momentos antes, éramos percebidos como estranhos ou intrusos, após ver as fotos, o homem já dizia que nós conhecíamos tudo, éramos "íntimos" do lugar. Para aquele

morador ver aquelas fotografias foi também a ocasião de tomar conhecimento dos locais onde tínhamos estado, constatar nossa "entrada" na favela e, talvez, que "entrávamos" de uma forma diferente da que supunha inicialmente.

Quando assistíamos a reuniões da Associação de Moradores, alguns deles acercavam-se de nós, contando "seus casos", os já referidos problemas de compra e venda de terrenos, medição de lotes e, por vezes, conflitos com o síndico do núcleo. Nesses momentos, tentávamos esclarecer-lhes porque estávamos ali e como nossa presença ligava-se a um projeto de pesquisa. Não demonstravam nenhum interesse que nos estimulasse a continuar nossa "explicação". Éramos estudantes fazendo um trabalho e isso era suficiente para que se deixassem observar e até buscassem uma aproximação.

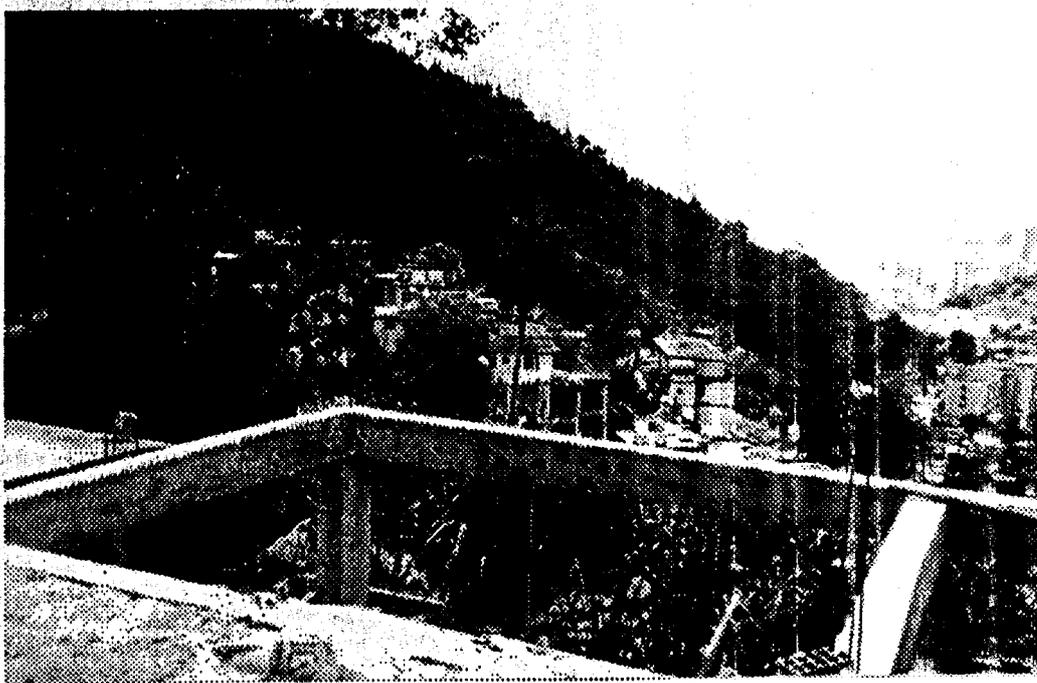
Esta "não-compreensão" teve papel determinante no caminho percorrido pela fotografia. Quando fotografávamos, éramos sempre guiados por alguém. Não conhecendo a favela, seguíamos a pessoa que nos levava a fotografar o que considerava ser de nosso interesse. Foi num destes episódios que percebemos o hiato entre o que pretendíamos fotografar e para onde éramos conduzidos.

Numa manhã de domingo de sol, fomos à casa de Dona E. aproveitando a luz para fotografar, já que era mais freqüente irmos à favela à noite. A casa, que fora construída acima do bar de seu irmão, tinha quarto, cozinha e banheiro. Dona E. morava aí com o filho. Após termos conversado um pouco, Dona E. perguntou se não gostaríamos de ir tirar fotografias. Fomos até a entrada dos lotes e começamos a subir. Até certo ponto, degraus; depois, apenas a terra e os caminhos já abertos pelos que passam ali para chegarem até suas casas.



Ariana Timbó - julho/1991

O ponto de vista do alto do morro.



Ariana Timbó - julho/1991

Construção da laje de uma das poucas casas localizadas no alto do morro.

A vegetação era densa, o mato alto e a dificuldade de equilibrar-se ainda maior. Mas era a vista que Dona E. satisfeita me apresentava - uma ampla visão, do bairro de Copacabana, uma favela que ainda apresentava áreas verdes e o azul do mar.

Fotografei o que Dona E. me mostrava, tentando tornar compatíveis os seus e nossos interesses. À exuberância do verde, a quase ausência de casas e a possibilidade de visualizar a divisão em lotes, quando olhando de cima. A visão do mar de Copacabana e o contraste entre os grandes prédios e a favela.



Ariana Timbó - julho/1991

Quando chegamos a sua casa, Dona E. contou alegre a Ernesto que Princesa havia aparecido em várias fotos. Princesa era sua cachorrinha, que corria a nossa frente quando subíamos a encosta do morro e entrara de fato em vários enquadramentos.

Para Dona E. a máquina fotográfica tornava possível registrar o belo. Nosso objeto fotográfico e o caráter documental, que buscávamos imprimir às fotos, articularam-se a uma de suas representações da favela e também da fotografia. Para Dona E., o registro fotográfico de uma imagem devia ser agradável aos sentidos. Através de tal associação, Dona E. também afirmava que a favela, seu local de moradia, possuía características a serem apreciadas. Uma delas, a vista do alto - do bairro e do mar - constituía-se em uma bela imagem sendo, por isso, passível de ser fotografada. A bela vista e, por conseguinte, a expectativa de bela imagem, foi uma das condições para que Dona E. empreendesse o caminho para a subida. Dentro da vasta gama de elementos visuais da favela, escolhera aqueles que melhor se adequavam ao que ela acreditava deveria ser o conteúdo imagético da fotografia.

Na última visita do trabalho de campo, no final de 1992, o então presidente da Associação de Moradores nos concedeu entrevista e, simultaneamente nos conduziu pela favela mostrando algumas obras de períodos anteriores e locais que abrigaram trabalhos resultantes de atividades das assessorias.

A foto da lixeira (p. 17), por exemplo, só assume significado na pesquisa por ter sido realizada a pedido do próprio presidente da Associação de Moradores, além de ilustrar a disparidade entre projetos dos assessores e hábitos dos moradores. O fato de os moradores não utilizarem a lixeira coletiva, preferindo jogar o lixo encosta abaixo, foi narrado pelo presidente no momento da foto e reafirmado por Dona E., a vice-presidente, quando lhe relatamos o que havíamos fotografado.

Na mesma ocasião, tirando fotos da antiga Associação Pró-Melhoramentos (a seguir), o presidente nos mostrou a lavanderia que funcionava em seu interior, e que fora construída por uma empresa durante seu mandato. A lavanderia já encontrava-se então desativada visto o prédio estar ocupado por quatro famílias que aí passaram a residir.



Paulo Castiglioni - outubro/1992

O ato de fotografar propiciou uma nova dinâmica para a obtenção de dados. O simples procedimento de entrevista, direcionada ou não, provavelmente não permitiria o acesso a conhecimentos obtidos ao longo do caminho em direção às “fotos”. À medida que caminhava pela favela, o presidente da Associação ia revendo lugares e nos falava a respeito deles. Tal lembrança não é a mesma que ocorre quando não se está frente ao que se observa. Ao chegarmos à lavanderia, ele acabou por pedir licença aos moradores que lá residiam, para que vissemos uns tanques que ainda restavam. As famílias tinham subdividido o espaço interior da ex-lavanderia com lençóis pendurados. O que o presidente via,

o conjunto de elementos que pontuavam sua narrativa, ele os reorganizava em sua memória de modo a lhes atribuir sentido(s), precisando melhor nosso foco de observação.

De início, esperávamos que a fotografia nos trouxesse resultados durante a realização do trabalho de campo. Nunca conseguimos utilizá-la como instrumento para a obtenção sistemática de dados (Collier, 1973), nem sequer conseguimos estabelecer um roteiro prévio para sua utilização. Conseguimos no entanto produzir fotos que expressam visualmente características da favela, e mudanças ocorridas, que estão relacionadas no texto. Descobrimos também alguns meios de obter acesso a representações de moradores através da fotografia. Certamente não esgotamos as possibilidades do uso de fotos em pesquisas mas começamos a entender sua potencialidade no processo de construção de conhecimentos durante e depois de efetuar o trabalho de campo.

Bibliografia

- Bank, Glória. 1980. "Experiência de urbanização de favelas". In: Lícia do Prado Valladares (org.) *Habitação em questão*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Blay, Eva Alterman. 1979. "Habitação: a política e o habitante". In: *A luta pelo espaço*. Petrópolis, Vozes.
- Caldeira. Tereza Pires do Rio. 1984. "Imagem e poder da sociedade". In: *A política dos outros*, São Paulo, Brasiliense.
- Carvalho, Eduardo. 1990. "Direitos e Necessidades: a questão fundiária e a justiça no Rio de Janeiro". IPPUR/UFRJ.
- Falcão, Joaquim Arruda. 1984. *Conflito de Direito de Propriedade: invasões urbanas*. Forense, Rio de Janeiro.
- IPLAN-Rio, Pasta 014, 1981.
- Jacobi, Pedro. 1987. "Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80". In: *BIB 23*, Rio de Janeiro.
- Jornal do Brasil. Caderno "Cidade", 04/04/91.
- Medina, Carlos Alberto. 1980. "Uma questão que nos interessa: o condomínio". In: Lícia do Prado Valladares (org.) *Habitação em questão*, Zahar, Rio de Janeiro.

Martins, Ana Lúcia Lucas. 1993. *Livres acampamentos da miséria*. Obra Aberta, Rio de Janeiro.

Oliveira, Sonia. 1988. "Associação de Moradores - formatos diferenciados de participação política e representação de interesses". Tese de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.

Oliveira, Carlos Afonso da Silva. 1985. *Associação de Moradores: uma luta pela desprivatização do Estado*, IBAM, Rio de Janeiro.

Panizzi, Wrana Maria. 1989. "Entre cidade e Estado - a propriedade e seus direitos". In: *Espaço e Debates* (26) Lutas Urbanas, Neru, São Paulo.

Relatório de Atividades do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Santos, Carlos Nelson Pereira dos. 1981. *Quase quinhentos anos de planejamento - e agora?*. IBAM. Rio de Janeiro.

Valla, Victor Vicent et alli. 1981. *Para uma Formação de uma Teoria da Educação Extra-Escolar no Brasil: ideologia, educação e as favelas do Rio de Janeiro 1880-1980*, IEA/Finep.

Velho, Gilberto (org.). 1980. *O desafio da cidade*. Campus, 1980.

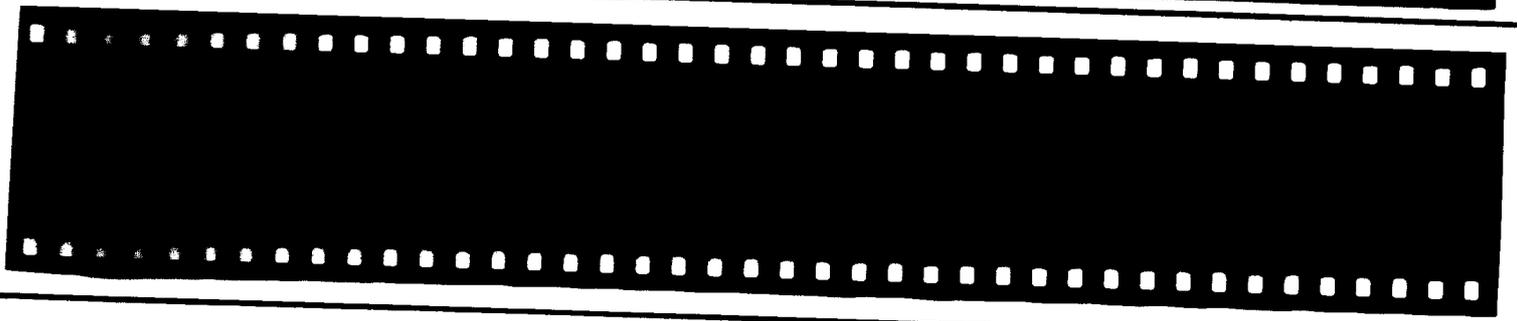
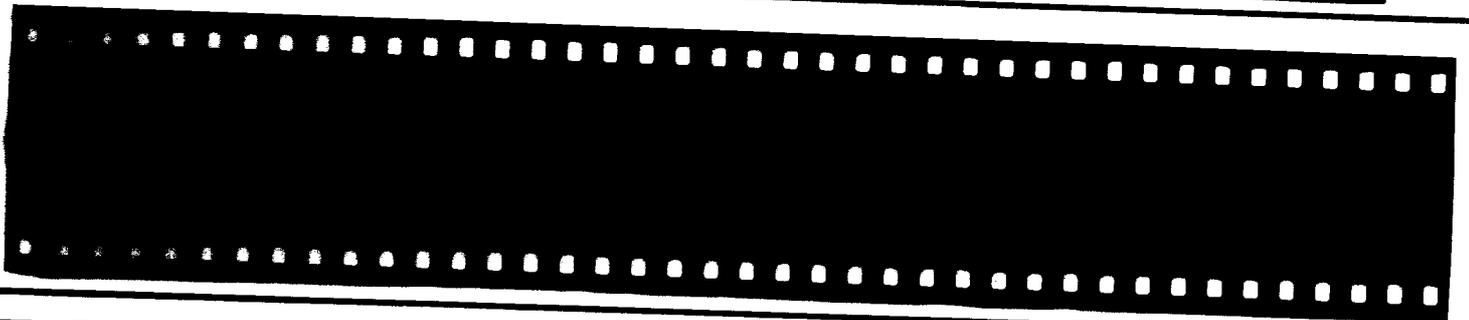
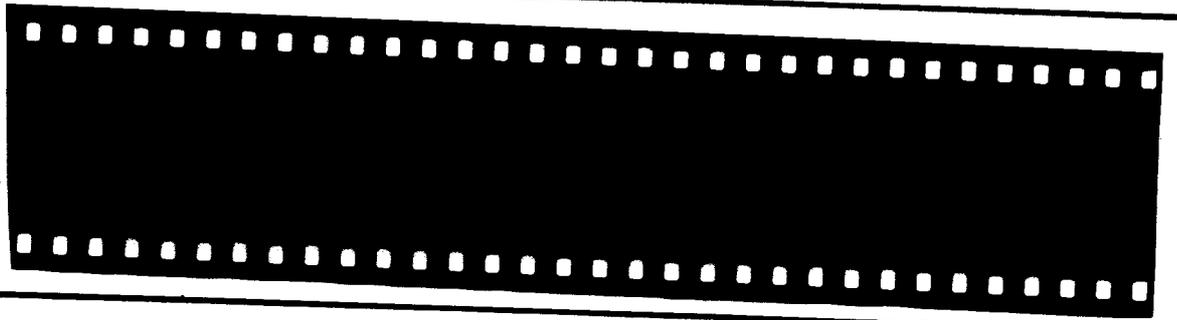
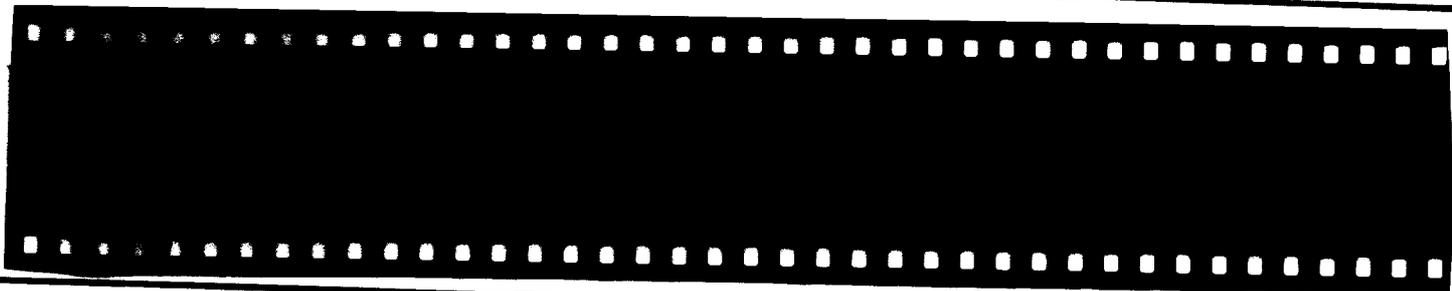
Paulo Castiglioni



A paróquia Santa Cruz de Copacabana,
onde são feitas as reuniões da associação de
moradores.

- MORRO DOS CABRITOS - RJ, 10 DE OUTUBRO DE 1992.





3

4

5

6

7